



AS ORIGENS DA CONTROVÉRSIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: UM DEBATE ENTRE OCTAVIO BRANDÃO, MARIO PEDROSA E LÍVIO XAVIER

Resumo

Neste artigo argumento que a controvérsia sobre a revolução brasileira se origina sob influência da Revolução Russa e da crise política e econômica que marca a disrupção da Primeira República. Este debate se inicia com duas formulações: a interpretação de Octavio Brandão, formulador político do Partido Comunista Brasileiro, centrada na dicotomia agrarismo e industrialismo, e na caracterização democrática pequeno-burguesa da revolução brasileira; e a de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, formuladores políticos do Grupo Comunista Lenin, tendência trotskista que inicia a caracterização do desenvolvimento brasileiro como processo capitalista e a revolução brasileira como socialista. Em meio à disputa prática sobre a direção política dos trabalhadores na Primeira República, também se originam as primeiras teorias sobre o desenvolvimento da formação econômico-social brasileira em termos marxistas.

Palavras chave: História do marxismo no Brasil; interpretações marxistas do Brasil; Revolução Brasileira.

Abstract

In this article I argue that the controversy over the Brazilian revolution emerges under the influence of the Russian Revolution and the political and economic crisis that marks the disruption of the First Republic. This debate begins with two formulations: the interpretation

FILIPE LEITE PINHEIRO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (FE/UFF).

of Octávio Brandão, political formulator of the Brazilian Communist Party, centered on the dichotomy of agrarianism and industrialism, and on the petty-bourgeois democratic characterization of the Brazilian revolution; and that of Mario Pedrosa and Lívio Xavier, political formulators of the Trotskyist tendency Lenin Communist Group, characterizing Brazilian development as a capitalist process and the Brazilian revolution as a socialist. In the midst of the practical dispute over the political leadership of workers in the First Republic, the first theories about the development of Brazilian social-economic formation in Marxist terms also take place.

Keywords: History of Marxism in Brazil; Marxist interpretations of Brazil; Brazilian Revolution.

1. Introdução

Neste artigo argumentarei que o debate da revolução brasileira se inicia nos anos 1920, marcado no plano internacional pela influência da Revolução Russa, e no plano interno por um contexto de crise econômica e política da Primeira República. Enfocada em seus autores clássicos – como, por exemplo, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes –, raramente a bibliografia remete às origens da discussão como período relevante para o desenvolvimento posterior da discussão. A seguir,

resgatarei o debate entre as posições de Octávio Brandão¹, Mario Pedrosa e Lívio Xavier como ponto de partida desta discussão.

De modo geral, as contribuições que compõem o debate partem da reflexão sobre a formação econômico-social, para, a partir dela, fundamentar uma estratégia revolucionária factível na conjuntura histórica de seu tempo. A análise da formação econômico-social passa pela caracterização da economia colonial, sua transição para o capitalismo, além de abordar as singularidades do Estado, da política, das classes sociais e das respectivas frações destas classes. Tomando por base esses elementos, identificam-se o conteúdo, as forças motrizes, formas organizativas e diretrizes táticas da revolução brasileira, originando assim uma interpretação ou imagem do Brasil que articula em si as três dimensões temporais do trânsito histórico: passado, presente e futuro. Isto origina o que Carlos Nelson Coutinho (2011a; 2011b), ao analisar a obra de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, designou como imagem do Brasil.

Primeiro, abordarei a posição de Octávio Brandão (1896-1980), formador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que compreende a burguesia brasileira como liberal e

¹ Como nota Bianchi (2012, p. 133) em nota de rodapé, a grafia correta do nome é "Octavio", embora o nome do autor apareça acentuado em alguns comentadores.

industrialista; e, conseqüentemente, caracteriza a revolução brasileira como democrática pequeno-burguesa. Em seguida, tratarei da posição de Mario Pedrosa (1900-1981) e Lívio Xavier (1900-1988), formuladores do Grupo Comunista Lenin (GCL), organização trotskista² que inaugura a caracterização da burguesia como agrária e conservadora, levando à caracterização socialista da revolução brasileira. Por último, farei algumas considerações a partir do resgate realizado com o propósito de atestar o ponto de vista defendido.

2. A imagem do Brasil de Octávio Brandão

Resultado do esgotamento do ciclo de greves ocorrido entre 1917-1921³, o PCB seria fundado, em 1922, a partir de uma cisão entre “bolchevistas” e “anarquistas puros” no movimento sindical. Sem ter qualquer tradição marxista ou socialista previamente estabelecida⁴, e muito menos uma cultura política burguesa pujante, com as quais dialogar, os militantes anarquistas emularam os métodos organizativos bolcheviques, sob influência da Revolução Russa (ANTUNES, 1995, p. 27). Os comunistas viam a necessidade da organização política e eleitoral da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo, pela origem sindical da maioria dos seus quadros, viam nestas organizações o local ideal para aglutinar trabalhadores e formar uma vanguarda revolucionária (MATTOS, 2009, p. 50).

Estes militantes e intelectuais eram formados em um caldo cultural em que Marx era apenas mais uma referência associada ecleticamente a uma miríade de outros pensadores anarquistas, como Bakunin e Kropotkin, ou positivistas, como Comte e Spencer (ARICÓ, 1987, p. 422; BATALHA, 2014, p. 12). O positivismo era influente nestes meios como ferramenta de análise do cenário histórico, econômico, político e nacional, e assume, paradoxalmente, nesta configuração, papel de visão de mundo progressista, em um contexto de predomínio do pensamento conservador (ZAIDAN, 1985, pp. 19-20).

Octávio Brandão encarna a trajetória típica de seus pares, pioneiros na construção do movimento comunista brasileiro (BIANCHI, 2012, p. 136). Nasceu em Viçosa em 12 de setembro de 1896, conhecida região canavieira ao centro de Alagoas, situada nas proximidades do

2 Emprego o termo “trotskista(s)” ao longo do artigo destacando a necessidade de estabelecer uma distinção. O termo não era usado pelos membros do GCL, que se autodenominavam “bolchevistas-leninistas”, ou “leninistas”, em oposição ao stalinismo. Imputar a denominação “trotskista” a estes militantes certamente seria algo anacrônico. Neste caso, refiro-me à tradição teórico-política fundada por Trotsky a partir da OEI e da VI Internacional. Cabe lembrar ainda que este termo era empregado pejorativamente por pecebistas de fins dos anos 1920.

3 Ocorre entre 1917-1921 o segundo ciclo de greves da Primeira República. Segundo Mattos (2009, p. 53), ocorreram no Rio de Janeiro: 1917 – 13 greves; 1918 – 29; 1919 – 26; 1920 – 26; 1921 – 4.

4 Existiram tentativas de organizar um movimento sindical socialista no Brasil ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas dos anos 1900. Mattos (ibidem, p. 46) atribui a má fortuna dos socialistas a sua ênfase na luta política em detrimento da luta sindical.

Quilombo dos Palmares, cujas paisagem e população serviram de inspiração para romances do colega de classe no primário, Graciliano Ramos (BRANDÃO, 1978, p. 58). O realismo de sua trajetória poderia facilmente pertencer aos romances de Graciliano⁵, e sua chegada ao marxismo e ao comunismo traz as marcas de uma visão de mundo fundada teoricamente no positivismo e politicamente no anarquismo.

Farmacêutico de formação, Brandão estudou em Recife entre 1912 e 1914, época em que o ambiente político-intelectual da cidade passava por uma renovação cultural com a assimilação do positivismo (ZAIDAN, 1985, p. 33). Em Recife travaria seu primeiro contato com o positivismo e o materialismo evolucionista, que logo aplicou aos problemas da realidade brasileira, como no artigo *Aspectos Pernambucanos nos Fins do Século XVI*. Transparece no texto a assimilação de Buchner, Haeckel, Humboldt e Darwin, empregados para “descrever as paisagens naturais e as condições históricas, econômicas e sociais de Pernambuco na época” (BRANDÃO, 1978, p. 75).

Brandão se interessa simultaneamente pelas ciências naturais e históricas, vistas como abordagens de formas de ser qualitativamente semelhantes, articuladas em uma evolução contínua. Em seu primeiro trabalho de fôlego, *Canais e Lagoas* ([1919] 2001), o autor descreve a terra e a gente das lagoas de Manguaba e do Mundaú, em Maceió. Inspirado em Euclides da Cunha,

o livro marca a maturação da visão de mundo de sua juventude, abarcando em um mesmo referencial teórico a terra e a gente das lagoas, e tratando de aspectos geológicos, botânicos, antropológicos e sociais em 12 ciclos evolucionários (LACERDA, 2015, p. 15).

Desta pesquisa, Brandão realizou duas palestras em 1917 em Maceió, nas quais expunha os processos geológicos que haviam produzido as Lagoas do Mundaú e de Manguaba. Tais processos indicavam que os sedimentos acumulados nas lagoas e em seus canais de ligação com o mar eram indícios da possibilidade de descoberta de petróleo comercializável. Sua explicação científica para a formação das lagoas, calcada na geologia, desagradou profundamente à Igreja Católica, extremamente influente no meio social local, ao passo que seu posicionamento político nacional-popular desagradou profundamente às elites locais, alinhadas com o imperialismo⁶.

Participando da luta pela redução da jornada de trabalho e por aumentos salariais com camponeses e operários de Alagoas, Brandão seria alvo de perseguição policial. A publicação de um

5 Carlos Nelson Coutinho (2011c) destaca o realismo na obra literária de Graciliano Ramos. Segundo o autor, os personagens construídos nos romances de Graciliano Ramos encarnam trajetórias históricas possíveis para mulheres e homens da época.

6 Nas palavras do autor: “Já é tempo de abriremos os olhos para as nossas riquezas e confiarmos antes nelas, do que nos clássicos empréstimos indecentes ou nas promessas falazes dos nossos pretendidos irmãos latinos ou amigos britânicos, que afinal não passam de sanguessugas insaciáveis” (BRANDÃO, [1919] 2001, p. 133 – grifos meus).

artigo no jornal *A Semana Social* com posicionamento contrário à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, uma guerra imperialista, levaria ao fechamento do jornal por ordem do governo federal, e agravaria este quadro. O autor seria jurado de morte por um pistoleiro, que, caso o executasse, receberia o cargo de chefe de polícia (MORAES, 2014, pp. 16-17).

Escondido em um navio, Brandão foge para o Rio de Janeiro em 1919, onde assume a linha de frente das lutas sindicais, escrevendo artigos na imprensa, realizando conferências para os trabalhadores, panfletando nas portas de fábrica e proferindo discursos em comícios⁷ (DEL ROIO, 2004, p. 119). A aproximação ao PCB seria um processo tortuoso: sua adesão estaria hipotecada à constatação de que a crise do segundo ciclo de greves resultou das debilidades organizativas do anarcossindicalismo. Era preciso uma forma organizativa capaz de enfrentar os métodos policiais empregados pela burguesia, e esta forma era o bolchevismo⁸. Ao ingressar no PCB, Brandão foi designado para as tarefas de formulação teórica, elaborando uma defesa do movimento comunista internacional e da Revolução Russa⁹ (KONDER, 2009, p. 181).

Entre estas, duas contribuições se destacam. A primeira é a redação de *Rússia Proletária* (1923), obra de transição, na qual é feita uma apaixonada defesa da Revolução Russa. Publicada pelo jornal *A Voz Cosmopolita*, a obra divide-se

em duas partes: a primeira trata dos indígenas – elementos pré-históricos nos termos do autor – e a segunda, dos elementos históricos. Esta última subdivide-se em quatro ciclos evolutivos: Primitivo, Medieval, Medievo-moderno e Moderno. Esta evolução culmina em uma última etapa, a Revolução Comunista, ainda por ocorrer, mas já previamente estabelecida. Com exceção do último, a ditadura do proletariado, todos os demais ciclos possuem uma divisão entre classes exploradoras e classes exploradas, que, na perspectiva do autor, são contradições moventes da evolução histórica brasileira. São avanços em *Rússia Proletária* a introdução dos conceitos de classe social e imperialismo, que passam a dividir espaço com os conceitos de povo e nação. Contudo, permanecem a aplicação dos ciclos evolutivos e a visão monista da

7 Em 1919 ocorre a primeira fundação do PCB, ainda em moldes anarquistas. São da época o texto de Helio Negro e Edgard Leuenroth, *O que é o marxismo-bolchevismo?* e *Princípios e Fins*, de José Oiticica. Tais textos tangenciam o problema da revolução brasileira, sem, contudo, tomar uma análise da formação histórico-social por base. Para isso, ver Bandeira et alii (1967).

8 Sobre a perseguição política aos trabalhadores ao longo da Primeira República, ver Pinheiro (1991, cap. 5). Neste capítulo o autor destrincha os métodos policiais de repressão à classe trabalhadora, destacando a deportação e o desterro para campos de concentração, como o de Clevelândia, no Oiapoque. Os trabalhadores muitas vezes eram presos por vadiagem, ou escolhidos a esmo, entre os desafetos pessoais das autoridades policiais. As condições de transporte até o campo, assim como as condições desumanas de vida testemunhadas, faziam com que, na prática, o desterro fosse uma sentença de morte.

9 Sua entrada na organização em fins de 1922 foi festejada por Astrojildo Pereira, que declarou em um discurso aos operários que “‘um homem que vale por 10’, havia ingressado no partido” (DULLES, 1977, p. 151).

realidade histórico-social, trazendo embrionariamente a interpretação apresentada em *Agrarismo e Industrialismo*.

A segunda é a primeira tradução integral de *O Manifesto Comunista*, publicada em 1924 no jornal *Voz Cosmopolita*. Este é um aspecto importante e pouco lembrado sobre a contribuição pioneira de Brandão: seu trabalho na difusão do marxismo no Brasil. Mesmo Konder, um comentarista pouco simpático ao marxista alagoano, reconhece que: “Ao que tudo indica, nenhum outro marxista brasileiro, naquele momento, dispunha de uma bagagem de conhecimento comparável à de Brandão” (KONDER, 2009, p. 182). As escassas leituras disponíveis em língua estrangeira eram: *A Miséria da Filosofia*, *O Anti-Dubring*, *Ludwig Feurbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *As lutas de classe na França*, e o resumo de *O Capital* de Carlos Caffero.

Outra influência em sua adesão ao marxismo seria Lenin, com textos como *O Estado e a Revolução e Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tal influência transpareceria inclusive no título de *Agrarismo e Industrialismo*, que, antes mesmo do termo marxismo-leninismo ser usado, já se pretendia um ensaio marxista-leninista de interpretação histórica¹⁰. Perseguido pela polícia política no estado de sítio de Arthur Bernardes, escondido na casa de um camarada, Brandão acompanhava atentamente o levante tenentista de 1924, que começaria localmente para então ganhar magnitude nacional, originando a Coluna Prestes:

Na clandestinidade, Octávio Brandão, a 28 de julho de 1924, se encontrava na casa do jornalista Rodolfo Mota Lima, quando chegaram ao Rio as notícias de que as tropas de Isidoro tinham evacuado São Paulo. Rodolfo Mota Lima entra pela casa completamente desesperado pela notícia da derrota. Brandão acabara de ler uma tradução francesa de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*; sentado ao fundo da sala de jantar, começou a redigir um estudo a respeito da revolta de 1924, conforme a interpretação marxista. (DULLES, 1977, p. 222)

2.1. Uma análise marxista-leninista da formação social brasileira

Impactado pelo levante tenentista que desencadearia a Coluna Prestes, Brandão iniciou a redação daquilo que viria a se tornar o primeiro ensaio marxista de interpretação da realidade nacional. Seu objetivo era compreender o significado das revoltas tenentistas de uma mirada totalizante, para isto recorrendo ao referencial teórico “marxista-leninista”. A influência do movimento dos tenentes transparece em seus primeiros parágrafos: “Enquanto a batalha se

10 Os comentaristas divergem sobre o primeiro uso da expressão marxismo-leninismo. Enquanto Moraes (2007, pp. 41-43) afirma que Deborin empregou pela primeira vez a expressão em março de 1928, e que Stalin só a utilizou em 1930, Bianchi (2012, p. 138) diverge, afirmando que a expressão foi utilizada por Zinoviev, em 1927, nas teses sobre a revolução chinesa, e Stalin só a empregaria em 1928. O que interessa aqui é que todas as datas são posteriores a *Agrarismo e industrialismo*, endossando o uso “pioneiro” do termo por Brandão.

prolonga pelo interior, através de guerrilhas, procuraremos fazer a análise dessas lutas sob o ponto de vista do marxismo-leninismo” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 25).

Mas *Agrarismo e Industrialismo* não se limita à análise teórica do objeto, trazendo também uma convocatória à ação da classe trabalhadora nos acontecimentos políticos que sucediam, de modo que o texto oscila entre um ensaio de interpretação histórica e um panfleto de agitação política. Seu estilo é direto, procurando com isso atingir seu público alvo, as massas trabalhadoras e a pequena burguesia urbana, mas “nem por isso deixava de ser confuso, disperso e pretensioso” (BIANCHI, 2012, p. 139), pecando na forma de apresentação, na disposição e no desenvolvimento do argumento.

Isso tem relação com a forma como foi redigido. A primeira parte da obra, que contém seus elementos fundamentais, foi terminada em agosto de 1924, e serviu como base para a formulação das teses do II Congresso do PCB¹¹, em 1925. As duas últimas partes, que complementam a discussão anterior, foram escritas respectivamente em 1925 e 1926. A ausência de uma exposição clara de suas teses e a construção da argumentação por enumeração, levantando fatos e dados aparentemente sem nenhuma conexão interna para dar volume ao argumento, obscurecem muitos pontos da obra, obstaculizando uma compreensão adequada das formulações do autor.

O método marxista-leninista empregado por Brandão foi duramente criticado. Aristides Lobo, ao comentar *Agrarismo e Industrialismo* no jornal da Liga Comunista Brasileira (LCB), considera que a obra teria sido “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais heroica” (LOBO, [1931] 2015, p. 75) de tratar da situação brasileira até então, mas, ao mesmo tempo, “a mais antimarxista e desastrosa [...] um bazar de monstruosidades teóricas” (LOBO, [1931] 2015, p. 76). Entre seus comentadores, Konder (2009, p. 183) insiste no mecanicismo do pensamento do autor, que compreende a dialética de Marx como o emprego da tríade tese-antítese-síntese para a explicação do desenvolvimento histórico, tendo um entendimento da dialética que mais se aproxima de Aristóteles do que de Marx. Outros, como Moraes (2006, p. 15), consideram injusto punir Brandão por estes equívocos, dadas as condições de sua reflexão, destacando o tratamento acertado de Brandão das questões especificamente histórico-concretas. Mesmo Konder é forçado a assumir, aparentemente a contragosto, que, nesses momentos, o autor faz “algumas observações empíricas não desprovidas de interesse a respeito da sociedade brasileira” (KONDER, 2009, p. 184).

11 Mesmo tendo servido de base para a redação das teses do II Congresso do PCB, não há qualquer menção a *Agrarismo e Industrialismo em A formação do PCB*, de Astrojildo Pereira. Narrando o II Congresso, o autor resume o argumento de Brandão sem citar a obra (PEREIRA, [1962] 2012, p. 92).

Embora tenha uma compreensão mecânica da dialética e uma base filosófica monista e evolucionista herdada de sua formação – o que compromete sua análise em níveis de abstração mais elevados –, indubitavelmente, Brandão avança na análise da especificidade brasileira. Isto é válido tanto para o marxismo brasileiro, que dava os primeiros passos neste debate com a contribuição de Brandão, quanto para o pensamento social brasileiro, no qual, em geral, imperava o determinismo naturalista e o racismo do darwinismo social¹² (SILVA, 1997, p. 44).

Brandão parte do predomínio histórico das forças agraristas, ora designadas como feudais ou semif feudais, ora designadas como uma burguesia agrária, sendo a terminologia empregada oscilante ao longo do texto e das edições da obra. Tais forças consolidar-se-iam através do tripé: Igreja Católica, exército e Estado. Externamente, associar-se-iam ao imperialismo britânico, primeiro, por intermédio de Portugal, e depois, passando à dominação direta britânica. Ao longo do Império e da República, o domínio britânico seria estabelecido pelo endividamento do Estado com a Banca inglesa, tornando o Brasil uma colônia dos capitais ingleses. Os empréstimos, as finanças e concessões eram dominados pelos Rothschilds, aliados dos agrários, que, em troca de seu apoio, davam-lhes cargos de diretoria nestas companhias. Além disto, politicamente, tratavam de impor a agenda britânica de desenvolvimento para o Brasil, naqueles anos, sintetizada no Relatório Montagu¹³.

Para Brandão, dominado pelo “agrarismo econômico [...] o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 36). O agrarismo político é a dominação política dos grandes proprietários, que tomam o Estado como uma ferramenta “empregada em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o estado e povo sejam sacrificados” (*ibidem*, p. 28). Todas as decisões políticas do Estado eram voltadas para o interesse da burguesia agrária: o endividamento externo para financiar a política da valorização do café, o emprego das desvalorizações cambiais como mecanismo de sustentação da renda dos cafeicultores e a ausência de tributos que incidissem sobre a propriedade fundiária.

A Primeira Guerra Mundial abalaria o domínio britânico, colocando a luta pela supremacia no mercado brasileiro, que lança as burguesias inglesa e norte-americana em uma guerra mortal. De acordo com a periodização proposta pelo autor:

12 Leandro Konder afirma que “Até preconceitos raciais emergem no pensamento de Brandão. Ele lamenta que o Brasil seja prejudicado pela proliferação de ‘intermediários’. Os intermediários – explica – são ‘tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo só defeitos de ambos’” (KONDER, [1988] 2009, p. 185); Angelo José da Silva, por outro lado, diverge: “Os estudos baseados na raça, no meio físico-geográfico etc., embora apareçam em Agrarismo e industrialismo, não compõem a tônica do trabalho. Ou seja, no mínimo afirmo que o trabalho em pauta é uma ruptura com tudo aquilo que havia sido feito até então, como tentativa de interpretação da sociedade brasileira” (SILVA, 1997, p. 44).

13 Missão econômica inglesa (1923-1924) enviada pelos Rothschilds, e dirigida por Lord Montagu, para avaliar as condições financeiras do Brasil e as garantias ao capital estrangeiro, visando concretizar a rolagem da dívida externa.

Desenha-se, pois, uma luta mortal, com fluxos e refluxos, entre os dois grandes imperialismos: 1822-1891 supremacia da Inglaterra, 1914-1922 supremacia dos Estados Unidos, 1923-1924 rivalidade imperialista anglo-americana, pendendo a balança para o lado da Inglaterra. (*ibidem*, p. 94)

Associada ao imperialismo estadunidense estava uma burguesia industrial urbana politicamente liberal e industrialista. Até então sufocadas pela hegemonia agrarista, estas forças disputam os rumos do Estado e da definição de política econômica, até então pautada pelos cafeicultores. Contudo, para Brandão, a virada da rivalidade imperialista para o lado britânico no plano externo, e a resistência das forças agrárias no plano interno, com o governo de Arthur Bernardes, contribuíram para sua desorganização política.

Segundo Brandão, “Há uma numerosa pequena-burguesia – rural, comercial, industrial, burocrática – procurando sempre conciliar: nos campos, o interesse dos colonos-servos com os fazendeiros; nas cidades os interesses dos operários com o dos grandes burgueses industriais” (*ibidem*, p. 33). Nos campos e nas cidades, a pequena-burguesia demanda a melhoria de sua situação econômica e maior participação política. No primeiro plano, há o processo de proletarianização desta fração de classe, como resultado das sucessivas desvalorizações cambiais para garantir a renda de exportação dos cafeicultores, o que nos marcos de uma economia

agrário-exportadora, com alto coeficiente de importação, provoca uma elevação do custo de vida. Esta condições agravaram também problemas como a falta de infraestrutura urbana, saneamento básico e o déficit habitacional¹⁴.

No plano político, há “[a] desilusão da pequena-burguesia, de obter melhorias pelos canais competentes; isto é, pela via legal, jurídica, pacifista, reformista” (*ibidem*, p. 26), apontando para a baixa permeabilidade do sistema político democrático às demandas dos diversos setores sociais e a impossibilidade de conciliação. Nas palavras do autor: “Desagrega-se a pequena-burguesia. Economicamente, rolando para a miséria. Politicamente, hesitando entre o proletariado e a grande burguesia” (*ibidem*, p. 143). Este fator explicaria a gradual radicalização política desta fração, algo atestado pelos levantes tenentistas de 1922 e 1924, o primeiro deles local, e o segundo de magnitude nacional, que levou à formação da Coluna Prestes.

O incipiente desenvolvimento industrial origina um proletariado urbano numericamente reduzido, que, de acordo com Brandão, procurará organizar-se politicamente. A parte final

14 Mattos apresenta uma tabela que aponta para um deslocamento do índice de salários e de custo de vida após 1917, tomando 1914 por ano base. O índice se desloca de 128, em 1917, para 167, em 1921. O autor conclui: “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas” (MATTOS, 2009, p. 43).

do livro apresenta uma história do proletariado brasileiro dividida em três partes: “1ª, A história da escravidão dos índios e dos negros. 2ª, A história da servidão do trabalhador rural [na primeira edição: proletário rural]. 3ª, a história do salariado [proletariado].” (*ibidem*, p. 113).

A tarefa dos intelectuais revolucionários neste campo seria tratar da segunda e da terceira etapas, na medida em que os historiadores burgueses “têm-se ocupado da primeira parte, embora atenuando as cores”¹⁵ (*idem ibidem*). A luta do trabalhador rural e de sua servidão seria ainda uma página obscura à espera de um historiador. Já a história do proletariado industrial, abordada por Brandão, tem seu início nas greves ocorridas após 1889, com a chegada dos imigrantes europeus, trazendo a semente anarquista.

Esse processo organizativo atinge seu ápice com as greves operárias de 1917-1919, contexto em que se dão o esgotamento do movimento anarquista e a primeira fundação do PCB. Nos anos seguintes teria lugar uma disputa ideológica entre comunistas e anarquistas, permitindo compreender que: “Eram necessários uma nova ideia e um novo método. Assim, a 7 de novembro de 1921, quarto aniversário da revolução russa, doze camaradas lançaram as bases do Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922” (*ibidem*, p. 116).

Ao longo dos anos 1920, juntamente ao processo de organização política do proletariado, ocorreria o fortalecimento do PCB no movimento

sindical, soldando um vínculo entre o partido e a classe trabalhadora. O autor narra esta evolução ao longo de sete ciclos evolutivos que se desenrolam em uma dialética mecânica.

Em suma, na perspectiva do autor ocorreria um embate fundamental entre, de um lado, as forças agrárias conservadoras, associadas ao imperialismo britânico, e, de outro, as forças progressistas que comporiam um bloco encabezado pela burguesia industrial, pequena-burguesia, proletariado e trabalhadores rurais, associados ao imperialismo estadunidense. Esta ordem agrária teria, como elemento central de sua desagregação, o movimento insurrecional tenentista e a radicalização política da pequena-burguesia, diante da desorganização e debilidade econômica e política da burguesia industrial. Apesar das debilidades organizativas, o proletariado deveria tomar partido nas revoltas pequeno-burguesas em curso, tanto na segunda revolta tenentista (nos anos de redação do livro, ainda em aberto), quanto na organização de uma terceira revolta, caso esta porventura viesse a ocorrer.

15 Ainda a este respeito: “Criemos uma tradição revolucionária, escrevendo a história das lutas proletárias no Brasil, a história dos militantes e mártires, das vitórias e derrotas, das ideias e sentimentos da massa e da vanguarda e, principalmente, extraíndo as devidas lições táticas. Estudemos a fundo o Brasil em seus mil aspectos – econômico, político, moral e mental, histórico e etnográfico, físico e social – porque é no Brasil que temos de realizar a obra do leninismo” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 130).

2.2. *A estratégia democrática pequeno-burguesa para a revolução brasileira*

Como sua “imagem do Brasil” articula o trânsito histórico da formação social, na análise da formação social de Brandão já se encontram os contornos da análise da revolução: seu conteúdo democrático-burguês antifeudal e anti-imperialista, a caracterização da burguesia industrial como politicamente liberal e a radicalização política da pequena-burguesia como força motriz da ruptura da ordem social agrarista. O proletariado deveria inserir-se nesse processo e pauta-lo, sobretudo através da radicalização da pequena-burguesia, que tornaria o conteúdo do processo socialista. A revolução democrática pequeno-burguesa aparece não como etapa necessária ao processo revolucionário, previamente enquadrado em um esquema abstrato, mas como sua antessala, retirando entraves às lutas de classes nos marcos de uma formação econômico-social concreta¹⁶ (cf. BIANCHI, 2012, pp. 129-130).

Ainda no final de *Agrarismo e Industrialismo*, redigido em 1926, Brandão considera que a possibilidade de uma revolução proletária está hipotecada à realização de um terceiro levante tenentista. Nos moldes da tríade tese-antítese-síntese, o autor atribui à tese o primeiro levante tenentista, ainda local; o segundo levante, já nacional, seria sua antítese; e uma terceira revolta, protagonizada pelo proletariado, seria sua síntese. Desta análise o autor deduz algumas diretrizes táticas:

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – [...] – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária comunista. (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 133)

Além de *Agrarismo e Industrialismo*, Brandão aborda o tema para o III Congresso do PCB (1928/1929). Em *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* ([1928] 1985), publicado no número 8 da revista *Autocrítica*, órgão de discussão para o III Congresso do PCB¹⁷, a caracterização da revolução alinhavada em *Agrarismo e industrialismo* é aprofundada. Neste texto, além de detalhar-se a caracterização do conteúdo e das tarefas da revolução, reafirma-se a concepção de revolução permanente, através do encadeamento da etapa pequeno-burguesa ao seu desfecho socialista.

¹⁶ Afasta-se assim qualquer possibilidade de inclusão de Brandão naquilo que Caio Prado Jr. ([1966] 2014, p. 39) designou como “esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa”, distanciando-se “das teses a respeito da história latino-americana que começavam a ser esboçadas pela internacional” (BIANCHI, 2012, p. 139).

Brandão separa inicialmente dois complexos complementares de problemas: “1.o) O Problema da revolução democrática pequeno-burguesa desencadeando-se em um país semicolonial na atual fase do capitalismo imperialista; 2.o) o problema da revolução proletária nesse mesmo país”. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 121). Uma revolução proletária vitoriosa no Brasil seguiria a via pequeno-burguesa, desencadeada por uma terceira revolta tenentista:

[...] a revolução proletária parece-nos ser a consequência natural de uma revolução democrática pequeno-burguesa, nascida de uma terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira [...] e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas urbanas e rurais, armadas. (*ibidem*, p. 122)

Para o autor, é fundamental a inserção do proletariado neste processo. O proletariado deveria preparar-se desde já para a terceira revolta, conseguindo, assim, atuar de modo politicamente independente ao longo do processo, sem ir a reboque do movimento da pequena-burguesia:

Por conseguinte, o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrática pequeno-burguesa, prelúdio fugaz da revolução proletária, se o proletariado e o seu partido se prepararem de fato, orgânica e ideologicamente, com a devida antecedência, isto é, desde já. (*ibidem*, pp. 122-123)

Mas, para que o proletariado desfrutasse de potencial de ação autônoma, era preciso elaborar uma política de alianças consequente com

tal objetivo estratégico. Lenin é influente nesta formulação, na medida em que a política de alianças foi fundamental no processo revolucionário russo. De acordo com o autor:

[...] nenhuma dúvida é possível: segundo as próprias palavras de Lênine num de seus livros fundamentais de tática, o proletariado industrial e o seu partido têm de procurar aliados não somente no período posterior à revolução proletária, como igualmente no período anterior (é o nosso caso). Não importa que sejam aliados hesitantes, pouco seguros. Temos de procurá-los: eis um de nossos problemas fundamentais. (*ibidem*, p. 124)

O autor considera, então, a necessidade de estabelecer alianças com a burguesia industrial liberal e a pequena burguesia radicalizada, com o intuito de formar um bloco antiagrário para tomar o Estado agrário. A formação de uma frente única com as forças inimigas do Estado agrário vem acompanhada de uma série de diretrizes táticas que prezam pela ação paralela do proletariado na elaboração de formas independentes de organização e atuação. A tarefa do proletariado seria transformar a revolução pequeno-burguesa em proletária:

[...] o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de transformar a revolução democrática pequeno-burguesa em revolução proletária. [...] Um dos

17 A versão de *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* a que faço referência ao longo desta seção veio como apêndice do livro de Michel Zaidan (1985), PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional.

nossos trabalhos fundamentais deve consistir em lutar para que a revolução democrática pequeno-burguesa seja colocada num plano inclinado que a faça rolar no sentido da profundidade da revolução operária. (*ibidem*, p. 131)

Apesar de apresentar um fundamento concreto para identificar as especificidades do caso brasileiro, a formulação de Brandão seria rechaçada pela III IC após a derrota do levante de Xangai, e da realização do seu VI Congresso, com a adoção da linha “classe contra classe” em detrimento da estratégia de frente única. Com a intervenção do Secretariado Sul-americano (SSA), a IC, pela primeira, vez impunha suas diretrizes de interpretação histórica ao PCB. Rompia-se a “negligência salutar” da IC com o PCB, que permitiu o desenvolvimento de uma interpretação evidentemente limitada, mas que tinha familiaridade com as especificidades nacionais, para substituí-la por uma teoria tão ou mais limitada, e completamente alheia às especificidades histórico-concretas¹⁸ (ANTUNES, 1995, pp. 30-31; ZAIDAN, 1985, p. 50).

Através da intervenção do SSA no Brasil, Brandão e outros integrantes da Comissão Central Executiva (CCE), como Astrojildo Pereira, foram afastados, acusados de menchevismo após o III Congresso do PCB em 1928/1929. Com o afastamento, Brandão seria apagado da memória do partido. Suas formulações sobre a particularidade de realidade nacional seriam ignoradas, divorciando os comunistas da realidade nacional. Exilado na União Soviética

em 1930, Brandão permaneceria isolado mesmo após retornar ao Brasil, vivendo como um exilado dentro do seu próprio país. O autor se afasta definitivamente do PCB em 1957. Falecendo em 1980, tais anos marcariam a retomada do estudo da obra de Brandão e o início de sua reabilitação intelectual¹⁹.

3. A imagem do Brasil de Mario Pedrosa e Lívio Xavier

Em 1930, com a fundação do Grupo Comunista Lenin (GCL), o PCB assistiria ao surgimento da primeira dissidência formada a partir de seus quadros, para atuar no mesmo campo político (KAREPOVS *et alii*, 2014, p. 237). A história de sua fundação vem sido narrada de maneira anedótica através da doença de Mario Pedrosa, que o teria feito permanecer em Paris, em 1927, quando estava a caminho da Escola Leninista, em Moscou. Em sua estadia, Pedrosa teria travado contato com integrantes do Partido Comunista Francês (PCF) próximos a Trotsky, tomando partido em sua ruptura com a IC em

18 Lobo ([1931] 2015, p. 76) declara que: “Condenado o “Agrarismo e Industrialismo” como desvio menchevista, nem por isso se tratou de fazer coisa melhor. Apenas um outro documento, reeditando velhos erros oportunistas, tem surgido para tornar ainda mais confusa a situação, para obscurecer ainda mais o espírito da classe operária e da massa do partido”.

19 Nos anos 1980, com a emergência da classe trabalhadora como um ator político relevante no processo de redemocratização, se coloca como questão a história da classe trabalhadora brasileira e seu papel político na história do país. No bojo deste processo surgem diversos estudos sobre o movimento operário da Primeira República e sobre a classe trabalhadora brasileira. Sobre isso, ver Costa (2014, pp. 135-138) e Moraes (2006, pp. 17-18).

1928 – após o VI Congresso – e fundado uma organização política sem qualquer base social ou partidária, por via epistolar, a partir de uma carta endereçada a Lívio Xavier no Brasil.

Mesmo sendo um elemento importante na formação do GCL, a carta de Mario Pedrosa para Lívio Xavier integra uma trama mais complexa de acontecimentos, engendrada por três tipos de divergências no PCB: i) divergências políticas sobre a estratégia para a revolução brasileira; ii) divergências sobre a política de unidade sindical; iii) divergências sobre a presença de intelectuais no partido, resultado da bolchevização e do fortalecimento de uma cultura política obreirista.

As divergências políticas sobre o programa do PCB teriam início ainda antes do III Congresso do partido, em uma reunião da CCE, em 1927, na qual seria deliberada a aliança com Prestes e o tenentismo. Fazendo um balanço das políticas postas em prática até então pelo PCB, a CCE constatou que essas teriam sido demasiadamente sectárias, defendendo a aproximação com o tenentismo. Joaquim Barbosa e Rodolpho Coutinho, membros da comissão, alegaram “que unir-se à Coluna Prestes, um ‘movimento pequeno-burguês’, seria o mesmo que trair o proletariado e ‘todos os ensinamentos de Marx e Engels’” (DULLES, 1977, p. 282).

Enquanto Barbosa se absteve da votação, Coutinho foi o único membro que votaria contra a aliança com Prestes, motivo de seu afastamento do PCB.

Quanto à política sindical, a polêmica estava relacionada à atuação do PCB nos sindicatos. A principal queixa também vinha de Barbosa, que à frente da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, constatou que o PCB insistia em completa submissão do sindicato ao partido para a obtenção de resultados eleitorais do Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928, instrumentalizando os sindicatos para esta finalidade. Barbosa considerava que: “os líderes do partido desvirtuavam a ação sindical, convertendo-a em instrumento político” (*ibidem*, p. 286). Além disso, eram postas críticas à política de unidade sindical dos comunistas, que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que apregoava a unidade no movimento sindical, combatia ferrenhamente os sindicatos “amarelos”, ou reformistas (cf. ZAIDAN, 1985, pp. 116-117). Esta divergência levaria Barbosa e a célula 4R por ele liderada, composta por cerca de quarenta trabalhadores, na maioria alfaiates, a deixarem o PCB.

Dulles afirma que, na ocasião desta cisão do PCB, “um grupo de intelectuais sem nenhum contato direto com as massas rompeu com a liderança do PCB por motivos diferentes” (DULLES, 1977, pp. 286-287), enfatizando a ausência de um contato direto do grupo com o movimento de massas; mas, por outro lado, a coincidência destas cisões, “reconhecidas por alguns historiadores a antessala da oposição” (KAREPOVS *et alii*, 2014, p. 239), aponta para a existência de alguma relação entre estes intelectuais e o movimento.

Por último, destaca-se o clima hostil aos intelectuais instaurado no PCB após o processo de bolchevização, em 1928/29. Segundo Dulles: “De acordo com Rachel de Queiroz, no Rio de Janeiro, um intelectual, que desejasse ingressar no PCB tinha de passar por mil testes para mostrar que fazia parte do proletariado” (DULLES, 1977, p. 404)²⁰. Comparado ao PCB, “[a] Liga Comunista dos trotskistas era uma enseada aprazível para os intelectuais comunistas...” (*ibidem*, p. 405).

Com o retorno de Pedrosa ao Brasil, Lívio Xavier e outros militantes como Rodolpho Coutinho, Aristides Lobo e Plínio Gomes Mello articulam o GCL, Liga Comunista Brasileira (LCB) a partir de 1931, uma fração “bolchevista-leninista” na disputa pela direção política do PCB, ala da Oposição de Esquerda Internacional (OEI) no partido. Esta postura seria abandonada em 1934 com a mudança na linha da OEI, levando à fundação da Liga Comunista Internacionalista (LCI), principal organização da primeira geração de trotskistas brasileiros, que se estende até 1939 (KAREPOVS *et alii*, 2014, p. 237). Fico restrito ao período entre 1931/1934, em que os trotskistas buscavam fazer oposição interna no PCB no âmbito da LCB, produzindo nesta disputa um debate marxista sobre o Brasil.

Outra contribuição da tendência seria na difusão do marxismo no Brasil, com a tradução de

diversas obras para a publicação pela Editora Unitas, em São Paulo, entre as quais: *O Estado e a Revolução* de Lenin, por Aristides Lobo, e *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, de Trotsky, por Pedrosa. De um modo geral, os integrantes do GCL possuíam um nível cultural elevado e dominavam línguas estrangeiras. Para ficar apenas nos autores tratados, Pedrosa tinha realizado o ensino médio na Suíça, era fluente em alemão e tinha estudado teoria econômica na Alemanha, enquanto Xavier era fluente em francês (CASTRO, 2013, p. 5).

Nascidos no mesmo dia do ano de 1900 no Nordeste – Pedrosa pernambucano, Xavier cearense – moraram na mesma pensão e ingressaram juntos na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Nesta ocasião, tiveram seu primeiro contato com o marxismo nas aulas do professor Edgardo de Castro Rebello²¹, próximo ao GCL. Consolidando uma relação

20 Dulles relata um a censura da direção do partido ao segundo romance da escritora, João Miguel. O manuscrito da obra já se encontrava nas mãos do editor quando a direção do partido pediu uma cópia. Um mês depois a escritora foi chamada a direção do PCB: “o Partido considerava a obra uma história reacionária e pequeno-burguesa. Conforme estava o partido negava-lhe o imprimátur. E, como Rachel de Queiroz não concordasse com as ideias ditadas pelo Partido, que acarretariam uma mudança na narrativa e em 30 personagens do romance, viu-se expulsa do PCB” (DULLES, 1977, p. 404-405).

de companheirismo que viria a ser duradoura, ingressaram no PCB, em 1927. O interesse dos autores pelo marxismo estava ligado, no caso do primeiro, à crítica de arte, e no segundo, à crítica literária, áreas nas quais se consagraram. Não tão coincidentemente, ambos seriam fundadores do GCL, e assumiriam a tarefa coletiva de formular uma interpretação de realidade brasileira que norteasse a prática política do Grupo (CANDIDO, 2001, p. 13; NETO, 2001, p. 86).

3.1. *Esboçando uma interpretação marxista do Brasil*

Tomando como base as discussões internas do GCL, Pedrosa e Xavier redigiram *Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira* ([1931] 2015), publicado no número seis do jornal *A Luta de Classe*, órgão de imprensa do GCL, em outubro de 1930. O texto circulou pouco devido à apreensão da tiragem durante o movimento armado de 1930. Foi redescoberto em uma nota de rodapé de *A Opção Brasileira* de Pedrosa, que indicava a publicação do texto em *La Lutte de Classes*, órgão da oposição comunista francesa, de fevereiro/março de 1931, de onde foi retraduzido para o português e publicado no Brasil nos anos 1980. Segundo Abramo, o esboço “constituiu, durante boa parte dos anos 1930, base para a direção internacional do movimento trotskista em suas discussões sobre o Brasil” (ABRAMO, 2015, p. 14).

A despeito de apenas quinze páginas, o *Esboço*

revela grande precisão teórica no tratamento da formação social brasileira, avançando na análise, sobretudo se comparado ao “marxismo-leninismo” dos anos 1920. Pela estrutura do argumento, cuja clareza contrasta com estilo confuso de Brandão, percebe-se o domínio de *O Capital*, uma vantagem sobre os marxistas de até então, já que o texto era inexistente em português. Os autores também tiveram a vantagem de se debruçar sobre a desintegração da Primeira República em sua ruptura, certamente um ponto de observação privilegiado.

O ponto de partida do *Esboço* são os capítulos XXIV e XXV d’*O Capital*, em que Marx apresenta, respectivamente, a acumulação primitiva de capital e a teoria da colonização sistemática²². Segundo Pedrosa e Xavier, o capitalismo foi exportado das metrópoles para o Novo Mundo, e, nas colônias, o excesso de terra foi convertido em propriedade privada e meio individual de produção – como consequência, a transição é uma simples mudança de forma. O Brasil colonial é uma vasta exploração agrícola, caracterizada pela presença do *latifundium*, do trabalho escravo, e da “produção dirigida pelos

22 Edgardo de Castro Rebello (1884-1970) foi professor da FND desde 1914, e passa para catedrático de direito comercial em 1931. Adere ao marxismo no final dos anos 1920, formando na faculdade o primeiro grupo de intelectuais marxistas em uma universidade ainda nos anos 1930, juntamente com Hermes Lima e Leônidas de Rezende. Sua principal obra é a coletânea *Mauá e Outros Estudos* (1975). É característica do grupo a assimilação do marxismo juntamente ao positivismo de Auguste Comte, procurando conciliar o marxismo com o evolucionismo – de maneira inclusive bastante similar a Brandão.

senhores da terra com sua clientela, burguesia urbana e uma pequena parcela de trabalhadores livres, tanto nas cidades como nos campos” (PEDROSA & XAVIER, [1931] 2015, p. 64). Outro ponto destacado pelos autores é a inexistência de um campesinato no sentido estrito do termo, fundamentando o argumento na inexistência de terras livres no Brasil, de modo que aqui não conhecemos a figura do colono livre. Portanto, a produção agrícola colonial já era voltada para o mercado mundial, e as raízes da burguesia são agrárias, antiliberais e autoritárias.

O Estado é dotado de esquematismo de classe, calcado nas elites locais, que ascendem nos vários ciclos econômicos: cana de açúcar, ouro, etc. Com o surgimento da cultura cafeeira, tem início a transição para o capitalismo, e com isto, a facção paulista da burguesia impôs a forma política republicana às diversas oligarquias locais. Tal imposição objetivava “operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias unidas por liames puramente políticos, mas em compensação, separadas por uma diversidade quase sem igual de possibilidades econômicas” (*ibidem*, pp. 65-66). A centralização política seria um pré-requisito e um estímulo para o desenvolvimento da cultura cafeeira, um desenvolvimento tipicamente capitalista.

Este desenvolvimento tomava por base a estrutura produtiva colonial, usufruindo de todas as

condições por ela reunidas: “terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidade maior de especialização na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura” (*ibidem*, p. 66). O desenvolvimento do comércio, do sistema de dívida hipotecária e de crédito, consolida uma base capitalista nacional. O problema da força de trabalho é resolvido pela imigração.

O florescimento da cultura cafeeira transforma as bases produtivas mais retardatárias, subordinando-as formal e realmente ao capitalismo, e promovendo o desenvolvimento desigual das diferentes regiões, que tenciona a forma política federativa. Isto também aprofunda as relações do Brasil com o imperialismo, integrando-o cada vez mais à economia mundial, entrando na esfera de atração do imperialismo. Com a Primeira Guerra Mundial, o crescimento industrial acentua-se, complicando as relações de classe a partir do governo de Epitácio Pessoa:

A política da burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial. Com o surto da indústria e maior penetração capitalista, o problema principal complicou-se com o problema da criação de mercados internos. [...] Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte centralizado é condição essencial. (*ibidem*, p. 68)

22 Em apenas uma passagem os autores caracterizam a economia colonial como uma forma peculiar de feudalismo, no qual “todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado” (PEDROSA & XAVIER, [1931] 2015, p. 64).

A necessidade de constituir mercados internos e fortalecer sua base capitalista nacional coloca, como condição para o desenvolvimento industrial, a atuação do Estado. Assim, era preciso um Estado cada vez mais forte e centralizado, tensionando a própria estrutura federativa. O imperialismo, por sua vez, acelera e agrava este quadro de contradições econômicas e contradições de classe:

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que este desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por esta razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. (*idem ibidem*)

Premida entre as contradições externas e internas do desenvolvimento capitalista, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. Neste contexto, “as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, um caráter subversivo” (*ibidem*, p. 70). Ao mesmo tempo, também não há qualquer comprometimento por parte da burguesia com

a construção de uma superestrutura política progressista, o que comparece no caráter patrimonial do Estado, construído a partir das sucessivas manobras por cima da burguesia, como também na ausência de uma sociedade civil e de uma ordem democrática plena.

Na medida em que o Estado é constituído por cima, não são raros os momentos nos quais a própria continuidade da existência material da burguesia coloca como necessidade o sacrifício de seus interesses gerais de classe. Deste modo, os autores caracterizam a burguesia brasileira como tendo raízes agrárias e uma tradição política autoritária inspirada pelo bonapartismo. Esta seria uma burguesia que “só começa a adquirir consciência de classe com o pavor da revolução social” (*ibidem*, p. 72), já que esta não é forjada na luta contra classes dominantes reacionárias, e sim na luta contra as classes dominadas. O Estado deve ser forte o suficiente inclusive para garantir materialmente o domínio sobre os subalternos, usando a coerção se preciso. A burguesia brasileira já nasce velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos, construindo, através de sucessivas manobras por cima, um Estado fechado às demandas populares.

Observando a corrosão da ordem burguesa na Primeira República, Pedrosa e Xavier consideram duas possibilidades: ou uma centralização ainda mais forte do Estado, o que protelaria

a solução das contradições entre as diferentes facções nacionais da burguesia, ou a implosão do sistema federativo e a ruptura da unidade nacional; acabam apostando na primeira opção, com a autonomização do executivo central sobre as frações regionais mediante o estabelecimento de um acordo. Pouco tempo depois a Revolução de 1930 viria dar razão à interpretação dos autores.

3.2. *A revolução brasileira como revolução socialista*

Com esta análise, Pedrosa e Xavier divergem da caracterização da revolução brasileira proposta pelo PCB. Tomando a acumulação primitiva de capital, a grande exploração, e as raízes agrárias e autoritárias da burguesia brasileira, os autores constataam a impossibilidade de realizar uma aliança com tais segmentos, desconsiderando a possibilidade de um bloco antiagrário. A revolução brasileira tem conteúdo socialista, e coloca como tarefa a organização de um partido autônomo para o proletariado. Para tratar disto, além do *Esboço*, analiso *Mensagem aos trabalhadores do Brasil* ([1931] 2015), texto publicado no *Boletim da Oposição*.

Partindo de uma caracterização da economia colonial brasileira como um desenvolvimento capitalista, os autores atestam as origens agrárias da burguesia brasileira, assim como sua tradição senhorial. A debilidade da base nacional do capitalismo e as pressões postas

pela penetração do imperialismo bloqueiam a possibilidade de execução de um projeto liberal pela burguesia, o que colocaria em xeque sua própria existência enquanto classe. Assim, esta burguesia não possui qualquer compromisso democrático, assumindo uma postura contrarrevolucionária diante da mais tímida e incipiente tradição democrática ou popular.

Estes pontos são reafirmados na *Mensagem aos trabalhadores do Brasil*, documento da LCB posterior ao *Esboço* – publicado no *Boletim da Oposição de Esquerda* –, no qual as posições decorrentes desta interpretação são desenvolvidas no plano da estratégia política. Na mensagem, a LCB declara:

Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo, a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas. (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, p. 58 – grifos meus)

A ausência de qualquer compromisso da burguesia com a democracia aponta para as tarefas democráticas não realizadas pela burguesia como tarefa do proletariado:

Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia. Diante do proletariado,

como classe, *todas as frações da burguesia não têm divergências* e, conservadores e liberais, fazem frente única. Quando o proletariado reclama as mais elementares palavras de ordem, procura abafar sua voz a mão pesada da reação burguesa. (*ibidem*, p. 59 – grifos meus)

Para os primeiros trotskistas brasileiros, não existiria um bloco de classes antiagrarista, mas sim um bloco burguês, galvanizado na luta contra as classes subalternas. Deste modo, a revolução em questão não seria a revolução democrático-burguesa nacionalista, qualquer que seja sua especificidade ou força motriz, mas uma revolução socialista que construísse a ditadura do proletariado. Para isso, era preciso urgentemente criar um partido de massas proletário, que permitisse à classe a realização da sua tarefa histórica: “a instauração da ditadura proletária e salvaguarda da unidade nacional mediante a organização do Estado soviético” (PERDROSA & XAVIER, [1931] 2015, p. 74).

4. Considerações Finais

Ao longo deste texto, defendi que a controvérsia sobre a revolução brasileira origina-se pela confluência de dois fatores: a Revolução Russa e seus desdobramentos, no plano internacional, assim como pela crise econômica e política que marca a disrupção da Primeira República, no plano interno. Analisando a formação econômico-social brasileira no intento de fundamentar uma estratégia revolucionária, em seu itinerário

teórico, os autores estudados abordam as temáticas constitutivas da discussão sobre a revolução brasileira. Estes temas são: a caracterização das singularidades da economia colonial e sua transição para o capitalismo, do Estado, da política, das classes sociais e suas respectivas frações – sob os quais se articulam diretrizes táticas de uma estratégia revolucionária factível.

Intelectuais orgânicos de partidos políticos da classe trabalhadora, os autores tratados refletem em suas interpretações os condicionantes e limites desta experiência coletiva. A partir de suas respectivas organizações políticas, tais autores lançaram um olhar totalizante sobre a história do Brasil, tomando, como referência da análise histórica, o processo histórico que leva à formação do presente, para então vislumbrar suas possibilidades de transformação política em sentido socialista.

Para Brandão, o Brasil é historicamente dominado por forças agrárias associadas ao imperialismo britânico. Após a Primeira Guerra Mundial este domínio é posto em xeque, e há um aumento da influência estadunidense no Brasil, propiciando o surgimento de uma burguesia industrial liberal a ele associada. Tal burguesia não consegue firmar sua dominação por conta da reação dos agrários, que se valem do Estado e da política econômica para cercar sua organização. A pequena-burguesia tornar-se-ia proletarizada e radicalizada com esta política,

capitaneando a revolução burguesa, enquanto o proletariado deveria forçar o aprofundamento do processo em sentido socialista. A formulação democrática pequeno-burguesa da revolução orientou o PCB nos anos 1920, até a intervenção do Secretariado Sul-americano (SSA) da III Internacional Comunista (IC), após o VI Congresso da IC, e do III Congresso do PCB (1928/29).

O VI Congresso consolidaria o processo de bolchevização dos PC's e originaria o primeiro influxo stalinista no PCB. Rompendo a negligência salutar até então vigente, a IC pautaria, a partir daí, uma política para estes partidos. A intervenção afastou todo o grupo dirigente do PCB, inclusive Brandão, acusado de “menchevismo”, por propor alianças com a burguesia e a pequena-burguesia.

Outra consequência deste processo seria a expulsão definitiva de Trotsky. Este acontecimento reverberou no PCB antes mesmo de sua consumação, influenciando integrantes do partido – como Mario Pedrosa e Lívio Xavier – que divergiam do núcleo dirigente em relação à aliança com a burguesia e à bolchevização. Formou-se o Grupo Comunista Lenin (GCL), dissidência bolchevista-leninista do PCB referenciada na Oposição de Esquerda Internacional (OEI), que, nesta disputa, elaborou uma “imagem do Brasil” alternativa.

Esta apreço no artigo *Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira* ([1931] 2015), de Pedrosa e Xavier. Partindo das categorias de

acumulação primitiva de capital e colonização sistemática, os autores apresentam a produção agrícola brasileira como uma grande exploração calcada no trabalho escravo subordinado ao capital. A transição para o capitalismo seria uma simples mudança de forma, destacando a base agrária da burguesia brasileira, o que explica seu autoritarismo e conservadorismo no plano político, inviabilizando as alianças políticas. Isto leva à caracterização da revolução como socialista, sendo a estratégia a construção de um partido de massas pela base.

O debate ocorrido nos anos 1920 expressa *in nuce* os posicionamentos do debate posterior, concentrado nos anos 1950/60 e 1980. Nestes períodos, ressoam os posicionamentos de Brandão, Pedrosa e Xavier, o que torna incontornável a consideração da sua contribuição como ponto de partida para o debate. Enquanto a formulação de Brandão pode ser aproximada àquela de Nelson Werneck Sodré, com sua peculiar caracterização da transição da economia colonial ao capitalismo como feudal, e sua via clássica para a revolução brasileira; a formulação de Pedrosa e Xavier antecipa aspectos de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, como as bases capitalistas da economia colonial e as origens agrárias e conservadoras da burguesia brasileira, que resultam em seu padrão de dominação política autoritário, no patrimonialismo do Estado e na ausência de um compromisso destas classes com a constituição de uma superestrutura política democrática.

Consideradas como ponto de partida do debate, o estudo detido de tais reflexões pode não só contribuir para uma reapreciação das formulações dos clássicos do debate, como também para a retomada contemporânea das discussões sobre o tema, necessária, sobretudo, em decorrência das condições econômicas e políticas do Brasil atual. Esta retomada, por sua vez, requer a urgente atualização destas formulações, tanto em relação à formação econômico-social, quanto em relação à revolução brasileira. Neste sentido, embora sejam oriundas de um debate travado há cerca de cem anos, as formulações de Brandão, Pedrosa e Xavier sobre a realidade brasileira mantêm sua atualidade.

Bibliografia

- ABRAMO, F. "Apresentação." In: ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. (org.) Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, 2015, pp. 13-17.
- ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. (org.) "Mensagem aos trabalhadores do Brasil." In: Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, [1931] 2015, pp. 54-61.
- ANTUNES, R. Os Comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Cadernos do AEL, no 2, pp. 12-34. Campinas: 1995.
- ARICÓ, J. "O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional." In: HOBBSAWM, E. (org.) História do marxismo – volume VIII: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 409-460.
- BANDEIRA, M. et alii O Ano Vermelho. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- BATALHA, M. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX." In: MORAES, J. Q. (org.) História do Marxismo no Brasil. Vol. 2 – Os influxos teóricos. Campinas: Editora Unicamp, 2014, pp. 9-42.
- BIANCHI, A. "Octavio Brandão e o Confisco da Memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro." Critica Marxista, no 34, pp. 133-149. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BRANDÃO, O. Rússia Proletária. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1923.
- _____. Combates e Batalhas. Memórias. 1º volume. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- _____. O Proletariado Perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa. In: ZAIDAN, M. PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, [1928] 1985, pp. 121-132.
- _____. Canais e Lagoas. Maceió: EDUFAL, [1919] 2001.
- _____. Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, [1926] 2006.
- _____. Uma Etapa da História de Lutas. In: Brandão, O. Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, [1957] 2006, pp. 189-196.
- CANDIDO, A. "Um socialista singular." In: NETO, J. C. M. (org.) Mario Pedrosa e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 13-18.

CASTRO, R. F. Mario Pedrosa, Lívio Xavier e a história do marxismo no Brasil. Blog *Marxismo 21*, 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/>> Acesso em 26/06/2017.

COSTA, E.V. "A nova face do movimento operário na Primeira República." In: *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 135-156.

COUTINHO, C. N. "A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr." In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a, pp. 201-220.

_____. "Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes." In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b, pp. 221-241.

_____. "Graciliano Ramos." In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011c, pp. 141-194.

DEL ROIO, M. "Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil." *Crítica Marxista*, v. 1, no 18, pp. 115-132. São Paulo: Ed. Revan, 2004.

DULLES, J. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

KAREPOVS, D. et alii *Trotsky e o Brasil*. In: MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil – Vol. 4 – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora Unicamp, 2014, pp. 229-253.

KONDER, L. A. *Derrota da Dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o início dos anos trinta*. Rio de Janeiro, Campus, 2009.

LACERDA, F. C. A. "Transição de Octávio Brandão ao Marxismo: os livros *Canais e Lagoas* e *Rússia Proletária*." In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427837065_ARQUIVO_snh-2015_felipe-lacerda.pdf> Acesso em 26/06/2017.

LOBO, A. A. "Situação Brasileira e o Trabalho para o seu Esclarecimento." In: ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. (org.) *Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015, pp. 75-82.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, J. Q. "Um Livro Fundador." In: BRANDÃO, O. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, pp. 11-18.

_____. "A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro." In: MORAES, J. Q. & REIS, D. A. (Org.) *História do marxismo no Brasil – Vol. 1 – O Impacto das Revoluções*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007, pp. 47-88.

_____. "Octávio Brandão." In: PERICÁS, L. B. & SECCO, L. (org.) *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 13-28.

NETO, J. C. M. "O jovem intelectual e os primeiros anos de militância socialista." In: NETO, J. C. M. (org.) *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 83-98.

PEDROSA, M. & XAVIER, L. "Esboço para uma análise da formação econômica e social brasileira." In: ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. (org.) *Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015, pp. 62-74.

PEREIRA, A. *Formação do PCB – 1922-1926*. 3ª edição. São Paulo: Anitta Garibaldi, [1962] 2012.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

PRADO JR., C. A. *Revolução Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, [1966] 2014.

REBELLO, E. C. *Mauá e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

SILVA, A. J. "Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil." *Revista de Sociologia e Política*, n. 8, pp. 43-55. Curitiba: 1997.

_____. "Tempo de Fundadores." In: MORAES, J. Q. & DEL ROIO, M. (org.) *História do Marxismo no Brasil – Vol. 4 – Visões do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2014, pp. 135-160.

ZAIDAN, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.